

DECRETO Nº 3.501, de 07 de dezembro de 2020.

**REDEFINE MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO
DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS
(COVID-19) NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE SÃO
FRANCISCO DO SUL.**

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a classificação pela Organização Mundial de Saúde - OMS, no dia 11 de março de 2020, como pandemia do novo coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO o Decreto Legislativo nº 6, de 2020, que reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, com efeitos até 31 de dezembro de 2020;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;

CONSIDERANDO a declaração de emergência, em todo o território catarinense, para fins de prevenção e enfrentamento da pandemia gerada pelo Novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 3.307, de 23 de março de 2020, que declara situação de emergência em saúde pública no município de São Francisco do Sul, em decorrência da infecção humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO as informações técnicas da Secretaria Municipal de Saúde, quanto ao índice de contágio por COVID-19 no município que continua em fase de aceleração;

DECRETA:

Art. 1º Até 31 de dezembro de 2020, o funcionamento dos serviços públicos municipais de forma presencial, fica limitado a 40% (quarenta por cento) do total de agentes públicos em exercício nos respectivos órgãos, excetuados os seguintes serviços essenciais:

a) Obras e Serviços Públicos;



SÃO FRANCISCO DO SUL
PREFEITURA

- b) Defesa Civil;
- c) Diretoria de Segurança Pública;
- d) Assistência Social;
- e) SAMAE;
- f) Secretaria de Administração e Gestão de Pessoas (guarda de segurança e patrimônio e motoristas);
- g) As fiscalizações do município;
- h) Serviços públicos realizados no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e respectivos equipamentos.
- i) Secretaria Municipal de Pesca, Agricultura e Assuntos Portuários;
- j) Secretaria Municipal de Educação (CMEIS e Escolas para o atendimento de ações referentes ao enfrentamento do Covid-19).

§ 1º A limitação prevista no *caput* não desobrigará ao cumprimento das demais normas e diretrizes sanitárias aplicáveis;

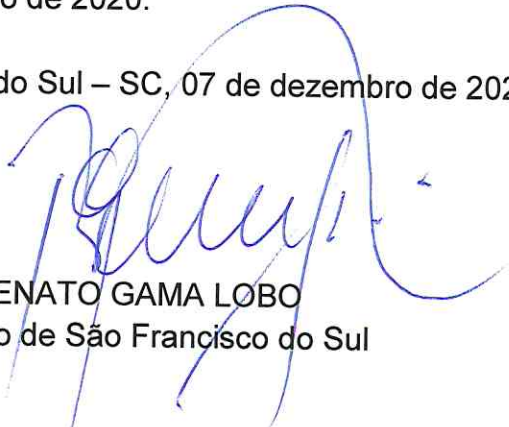
§ 2º Para cumprimento ao disposto no *caput* caberá aos titulares das pastas adotarem medidas administrativas, quanto ao regime de escala dos serviços públicos não considerados essenciais, a fim de manter 40% de servidores em exercício;

§ 3º O protocolo presencial permanecerá suspenso e os requerimentos devem ser realizados por meio eletrônico no site institucional da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul (www.saofranciscodosul.sc.gov.br).

Art. 2º Além das disposições previstas no presente Decreto devem ser observadas a legislação do Estado de Santa Catarina que estabelece medidas de enfrentamento ao COVID-19, de acordo com os níveis de risco da Avaliação do Risco Potencial Regional das regiões de saúde que são ratificadas pelo Município de São Francisco do Sul.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e surtirão seus efeitos até 31 de dezembro de 2020.

São Francisco do Sul – SC, 07 de dezembro de 2020.


RENATO GAMA LOBO
Prefeito de São Francisco do Sul

Publicado em ____/____/____. Edição DOM nº ____.